



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



GUARACIABA - SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
- SANTA CATARINA

Agente Comunitário de Saúde

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2025

CÓD: SL-117AG-25
7908433282037

Língua Portuguesa

1. Análise e Interpretação de Texto: Estratégias de leitura e compreensão textual	7
2. Identificação de ideias principais, secundárias e implícitas. Inferência de informações	8
3. Tipos textuais: narrativo, descritivo, argumentativo, expositivo e injuntivo.....	11
4. Coerência e coesão textual	13
5. Acentuação Tônica e Gráfica: Regras de acentuação gráfica: oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas. Acentuação difere- rencial	18
6. Análise Sintática: Termos essenciais da oração: sujeito e predicado. Termos integrantes da oração: complementos ver- bais (objeto direto e indireto), complemento nominal, agente da passiva. Termos acessórios da oração: adjunto adno- minal, adjunto adverbial, aposto e vocativo. Orações coordenadas e subordinadas: substantivas, adjetivas e adverbiais	22
7. Concordância Verbal e Nominal: Regras gerais de concordância verbal. Concordância nominal: regras de acordo com o gênero e número. Casos especiais de concordância.....	27
8. Regência Verbal e Nominal: Regência verbal: complementos exigidos pelos verbos. Regência nominal: relações entre nomes e seus complementos	30
9. Predicação Verbal: Tipos de predicado: nominal, verbal e verbo-nominal. Predicativo do sujeito e do objeto.....	34
10. Crase: Regras de uso do acento indicativo de crase. Casos obrigatórios e facultativos.....	35
11. Colocação Pronominal: Próclise, mesóclise e ênclise. Regras de colocação dos pronomes oblíquos átonos.....	37
12. Pontuação Gráfica: Uso correto dos sinais de pontuação: ponto final, vírgula, ponto e vírgula, dois pontos, ponto de exclamação e ponto de interrogação. Emprego do travessão e das aspas	38
13. Vícios de Linguagem: Ambiguidade, cacofonia, eco, barbarismo, solecismo, estrangeirismo, pleonismo, redundância, arcaísmo, neologismo, entre outros	44
14. Ortografia (Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)	46

Conhecimentos Gerais / Atualidades

1. Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do município; Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como: política, economia, so- ciedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do município	59
2. Lei Orgânica do Município	70
3. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Guaraciaba/SC.....	97

Conhecimentos Específicos Agente Comunitário de Saúde

1. Políticas de saúde pública: sus (sistema único de saúde): princípios, diretrizes, organização e funcionamento do sus	121
2. Atenção primária à saúde: fundamentos, objetivos e organização	139
3. Estratégia de saúde da família (esf) e a importância da atenção básica.....	144
4. Política nacional de atenção básica (pnab): diretrizes para a atuação do agente comunitário de saúde (acs)	146
5. Educação em saúde: promoção da saúde, prevenção de doenças e o papel do acs na conscientização da comunidade; ações educativas em saúde: orientação à população sobre cuidados preventivos e hábitos saudáveis	151

6. Legislação e normativas do agente comunitário de saúde: lei nº 11.350/2006: Dispõe sobre as atividades de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias; requisitos e atribuições do acs: atividades definidas por legislação, normas e resoluções federais, estaduais e municipais; atribuições do cargo.....	154
7. Mapeamento e cadastro de famílias: mapeamento de áreas: técnicas de identificação e delimitação das microáreas de atuação; cadastro de famílias: procedimentos de cadastramento e atualização de informações sobre as famílias atendidas.....	161
8. Registros e relatórios: preenchimento correto dos relatórios e sistemas de controle, como o sistema de informação da atenção básica (siab).....	165
9. Identificação e acompanhamento de situações de risco: vigilância em saúde: identificação de famílias e indivíduos em situação de risco, como crianças desnutridas, gestantes de alto risco, hipertensos, diabéticos e outros grupos vulneráveis.....	168
10. Áreas de risco: análise de fatores de risco ambientais, sanitários e sociais no território.....	172
11. Visitas domiciliares: frequência e objetivos das visitas domiciliares, técnicas de abordagem e orientação.....	173
12. Ações de promoção da saúde e prevenção de doenças: prevenção e controle de doenças: enfoque em doenças transmissíveis (dengue, zika, chikungunya, tuberculose, etc.) E não transmissíveis (hipertensão, diabetes).....	178
13. Mobilização comunitária: participação em campanhas e ações coletivas voltadas para saneamento básico, vacinação e prevenção de doenças.....	187
14. Atenção à saúde da criança: vacinação, crescimento e desenvolvimento infantil, aleitamento materno; saúde da mulher, criança, idoso e grupos vulneráveis: atenção à saúde da mulher: pré-natal, puerpério e saúde reprodutiva; atenção à saúde do idoso: prevenção de doenças crônicas e promoção do envelhecimento saudável.....	190
15. Atenção a grupos vulneráveis: pessoas com deficiências, moradores de áreas de risco e grupos marginalizados.....	196
16. Atribuições do acs e integração com a equipe multidisciplinar: papel do acs na equipe de saúde da família: a importância da integração com médicos, enfermeiros e outros profissionais da esf; participação no planejamento local: atuação no diagnóstico de saúde do território e na formulação de ações conjuntas com a equipe; ações intersetoriais: colaboração com outras áreas da saúde, como vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental.....	199
17. Ética, humanização e responsabilidade no serviço de saúde: ética profissional: confidencialidade, respeito à privacidade e direitos dos usuários do sus; humanização no atendimento: tratamento digno e acolhedor à população; responsabilidade social: engajamento nas necessidades da comunidade e respeito à diversidade cultural e social.....	203
18. Conhecimentos de informática básica: ferramentas de informática: noções básicas de informática para preenchimento de cadastros e relatórios.....	206
19. Sistemas de informação em saúde: utilização de sistemas como e-sus atenção básica (e-sus ab), siab e outros sistemas de gestão de informações de saúde.....	208
20. Saneamento básico e vigilância ambiental: ações de saneamento: contribuição do acs na melhoria do saneamento básico e meio ambiente; vigilância ambiental: monitoramento e orientação sobre condições de moradia, higiene e acesso à água potável.....	212
21. Lei complementar nº 040, de 11/07/2012 (estatuto dos servidores públicos do município de guaraciaba/sc).....	214

LÍNGUA PORTUGUESA

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO: ESTRATÉGIAS DE LEITURA E COMPREENSÃO TEXTUAL

A leitura e a interpretação de textos são habilidades fundamentais para a compreensão e a comunicação em qualquer contexto, seja acadêmico, profissional ou cotidiano. Compreender o significado de palavras, expressões, frases e parágrafos exige não apenas um conhecimento linguístico, mas também a capacidade de relacionar informações, identificar intencionalidades e construir sentidos a partir do texto. Essas competências são desenvolvidas por meio da prática constante e do aprendizado de estratégias de leitura que permitem ao leitor lidar com diferentes níveis de complexidade textual.

O PROCESSO DE LEITURA

a leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

IDENTIFICAÇÃO DO SIGNIFICADO DE PALAVRAS

Compreender o significado das palavras é o primeiro passo para a interpretação textual. As palavras possuem significados que podem variar dependendo do contexto em que são utilizadas, exigindo do leitor atenção às nuances da linguagem.

► Significado Denotativo e Conotativo

- **Denotativo:** É o significado literal ou objetivo da palavra, aquele encontrado nos dicionários. Por exemplo, “casa” denotativamente refere-se a uma construção destinada à habitação.

- **Conotativo:** É o significado figurado ou subjetivo, frequentemente carregado de emoções e associações culturais. Por exemplo, “casa” conotativamente pode representar acolhimento, segurança ou família.

O leitor precisa discernir qual dos significados está sendo utilizado no texto, considerando o contexto e o objetivo do autor.

► Palavras de Sentido Contextual

Algumas palavras adquirem significados específicos dependendo do contexto. Expressões como “raiz” podem ter conotações matemáticas, botânicas ou culturais, dependendo do tema abordado. Por isso, é essencial que o leitor examine o campo semântico do texto para interpretar corretamente essas palavras.

IDENTIFICAÇÃO DE EXPRESSÕES E FIGURAS DE LINGUAGEM

As expressões e as figuras de linguagem enriquecem o texto e, muitas vezes, carregam sentidos que vão além do óbvio. Compreendê-las é essencial para a interpretação adequada.

► Expressões Idiomáticas

Expressões idiomáticas, como “chutar o balde” ou “ficar de mãos atadas”, possuem significados que não podem ser deduzidos apenas pela análise literal. O leitor deve conhecer essas expressões ou deduzir seus sentidos pelo contexto.

► Figuras de Linguagem

As figuras de linguagem, como metáforas, hipérboles, ironias e antíteses, conferem profundidade ao texto. Por exemplo:

- Em “o tempo é um rio que corre”, a metáfora relaciona o tempo à fluidez de um rio, criando uma imagem mental que transcende o significado literal.

- A ironia, por sua vez, exige sensibilidade do leitor para perceber que o autor pode estar expressando o oposto do que é dito, como em “que ótimo, mais uma reunião interminável!”

Reconhecer e interpretar essas figuras é fundamental para compreender o tom e a intenção do autor.

COMPREENSÃO DE FRASES NO CONTEXTO

As frases são unidades que carregam informações específicas no texto. Interpretá-las exige atenção à relação entre as palavras e à lógica interna da sentença.

► Frases Afirmativas, Negativas e Interrogativas

Cada tipo de frase cumpre uma função específica no texto:

- **Afirmativas:** Apresentam ideias ou informações, como em “A leitura amplia o conhecimento.”

- **Negativas:** Expressam negações ou contradições, como em “A leitura não é apenas uma atividade solitária.”

- **Interrogativas:** Podem sugerir questionamento, reflexão ou ironia, dependendo do contexto, como em “Quem não gostaria de entender melhor os textos?”

O leitor deve considerar o impacto que cada tipo de frase tem na construção do significado global do texto.

► Relações Sintáticas

A interpretação de uma frase também depende da identificação de conexões sintáticas, como a presença de conjunções que indicam causa, consequência, oposição ou adição. Por exemplo:

“Embora chovesse, eles foram ao parque.” Aqui, “embora” introduz uma ideia de concessão, que modifica a expectativa do leitor.

INTERPRETAÇÃO DE PARÁGRAFOS

Os parágrafos são as unidades de maior complexidade dentro do texto, pois geralmente apresentam uma ideia central desenvolvida por meio de informações complementares. Interpretar um parágrafo exige a habilidade de identificar sua estrutura interna e as intenções do autor.

► Identificação da Ideia Central

Cada parágrafo geralmente possui uma ideia principal, que pode estar explícita em uma frase tópica ou implícita no conjunto de informações apresentadas. Por exemplo:

- Em um texto argumentativo, a ideia central pode ser introduzida na primeira frase do parágrafo, sendo sustentada por exemplos ou justificativas subsequentes.

► Coesão e Coerência

A interpretação do parágrafo também depende de sua coesão (como as palavras e frases se conectam) e coerência (como as ideias fazem sentido juntas). O uso de pronomes, conectores e sinônimos contribui para a coesão textual, enquanto a coerência depende de uma lógica interna que o leitor precisa identificar.

► Inferências e Implicações

Muitas vezes, o autor não apresenta todas as informações de forma explícita, esperando que o leitor faça inferências. Por exemplo:

- No parágrafo “Ele chegou ao restaurante e, ao perceber o que estava no prato, perdeu o apetite”, o autor não especifica o que havia no prato, mas sugere que era algo desagradável.

► A Importância da Leitura Crítica

Além da compreensão literal, a leitura crítica envolve questionar o texto, identificar possíveis vieses, entender o ponto de vista do autor e considerar as implicações das informações apresentadas. Um leitor crítico não apenas entende o texto, mas também reflete sobre ele, formando opiniões fundamentadas.

A leitura e a interpretação de textos são habilidades essenciais que envolvem a identificação precisa de palavras, expressões, frases e parágrafos. Esses elementos, quando bem compreendidos, permitem ao leitor não apenas captar o significado do texto, mas também interagir com ele de forma reflexiva e crítica. Desenvolver essas competências exige prática constante e um olhar atento para as nuances da linguagem, tornando o ato de ler uma experiência enriquecedora e transformadora.

IDENTIFICAÇÃO DE IDEIAS PRINCIPAIS, SECUNDÁRIAS E IMPLÍCITAS. INFERÊNCIA DE INFORMAÇÕES

CONCEITO DE INFORMAÇÕES PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS

A hierarquização da informação é um processo fundamental na comunicação e na interpretação de textos. Distinguir entre informações principais e secundárias permite ao leitor identificar o cerne do conteúdo e compreender melhor as relações entre os dados apresentados.

► Informações Principais: Definição e Características

As informações principais são aquelas que constituem o núcleo da mensagem. Elas representam as ideias centrais do texto e são essenciais para sua compreensão. Caso sejam omitidas, o entendimento do conteúdo pode ser comprometido.

Características das informações principais:

- **Centralidade:** representam a ideia central do texto ou parágrafo.
- **Autossuficiência:** fazem sentido mesmo quando isoladas.
- **Relevância:** são indispensáveis para a compreensão geral.
- **Objetividade:** costumam ser diretas e explícitas, sem necessidade de deduções extensas.

Exemplo prático:

Em uma notícia jornalística, o título e o lead (primeiro parágrafo, que responde às perguntas “o quê?”, “quem?”, “quando?”, “onde?” e “por quê?”) contêm as informações principais.

► Informações Secundárias: Definição e Função

As informações secundárias complementam as informações principais, adicionando detalhes, explicações ou exemplos que enriquecem o entendimento do conteúdo. Elas não são essenciais para a compreensão global, mas ajudam a contextualizar e a aprofundar o tema.

Características das informações secundárias:

- **Complementaridade:** expandem ou explicam a informação principal.
- **Contextualização:** fornecem dados adicionais, como causas, consequências e exemplos.
- **Dependência:** geralmente não fazem sentido isoladamente, precisando da informação principal para serem interpretadas corretamente.
- **Flexibilidade:** podem ser omitidas sem comprometer completamente o entendimento.

Exemplo prático:

Ainda no caso de uma notícia jornalística, declarações de especialistas, estatísticas e detalhes históricos são informações secundárias que enriquecem a narrativa, mas não são essenciais para a compreensão do fato principal.

CONHECIMENTOS GERAIS / ATUALIDADES

FUNDAMENTOS E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, CULTURAIS, ARTÍSTICOS, HISTÓRICOS, POLÍTICOS E GEOGRÁFICOS DO MUNDO, DO BRASIL, DE SANTA CATARINA E DO MUNICÍPIO; ATUALIDADES NOS ASSUNTOS ATUAIS DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO: POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, ESPORTES, TECNOLOGIA, SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE, JUSTIÇA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROBLEMAS E FENÔMENOS AMBIENTAIS, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DO MUNDO, DO BRASIL, DE SANTA CATARINA E DO MUNICÍPIO

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DE ATUALIDADES

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informativo para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas,

vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

— Aspectos Geográficos de Santa Catarina

Santa Catarina é um estado brasileiro localizado na região sul do país, conhecido por sua exuberante natureza e biodiversidade. A estrutura geológica e as características do relevo desse estado são fundamentais para a compreensão dos sistemas naturais presentes na região e sua influência na paisagem catarinense.

Neste texto, serão abordados aspectos relacionados à geologia de Santa Catarina, como a formação geológica do estado, os tipos de rochas presentes, bem como a estrutura do relevo, suas principais características e ação dos processos naturais na formação das paisagens. Será destacada a importância da conservação desses espaços naturais para a proteção da biodiversidade, a manutenção dos recursos hídricos, o equilíbrio dos ecossistemas e o bem-estar das comunidades locais.

Estrutura Geológica de Santa Catarina: A geologia de Santa Catarina é diversificada e é resultado de processos geológicos que ocorreram ao longo de milhões de anos. A formação geológica do estado é composta por rochas sedimentares, magmáticas e metamórficas, que conferem características únicas à sua paisagem.

As rochas sedimentares presentes em Santa Catarina são resultantes da acumulação de sedimentos ao longo do tempo. Entre os principais tipos de rochas sedimentares presentes no estado estão os arenitos, siltitos e calcários, que são resultantes da deposição de sedimentos em antigos ambientes marinhos e

lacustres. Essas rochas podem ser encontradas principalmente na região do planalto catarinense, formando importantes formações rochosas e influenciando a formação do relevo local.

Outro grupo de rochas presentes em Santa Catarina são as rochas magmáticas, que são formadas a partir do resfriamento e solidificação do magma. Os granitos e gnaisses são exemplos de rochas magmáticas encontradas no estado, especialmente na região da Serra do Mar e da Serra Geral. Essas rochas são resultado de processos magmáticos que ocorreram há milhões de anos, quando a região ainda estava conectada ao continente africano, e são responsáveis pela formação de elevadas cadeias montanhosas que compõem o relevo catarinense.

As rochas metamórficas também estão presentes em Santa Catarina, sendo resultado de transformações físicas e químicas sofridas por rochas pré-existentes devido a altas temperaturas e pressões. Essas rochas são encontradas principalmente nas áreas de contato entre as rochas magmáticas e sedimentares, contribuindo para a diversidade geológica do estado.

Características do Relevo de Santa Catarina

O relevo de Santa Catarina é diversificado e apresenta uma grande variação de formas, resultante da interação entre os processos geológicos, a ação dos agentes naturais e a ação antrópica ao longo do tempo.

A Serra do Mar é uma das principais formações do relevo de Santa Catarina, estendendo-se por grande parte do litoral do estado. Essa cadeia montanhosa é formada por rochas magmáticas e metamórficas, apresentando elevações abruptas, vales profundos, escarpas e uma série de serras e morros. A Serra do Mar é uma importante barreira geográfica que influencia o clima e a biodiversidade da região, sendo uma área de grande importância para a conservação da fauna e flora catarinenses.

Outra característica marcante do relevo de Santa Catarina é o Planalto Catarinense, localizado na parte central do estado. Essa região é formada principalmente por rochas sedimentares e é caracterizada por um relevo mais suave, com altitudes variadas que chegam a até 1.800 metros. O Planalto Catarinense é uma área de grande importância para a produção agrícola, principalmente na agricultura de altitude, e também é conhecido por sua rica biodiversidade, com importantes áreas de conservação como o Parque Nacional de São Joaquim.

Além disso, Santa Catarina apresenta também uma série de planícies costeiras e vales fluviais, como o Vale do Rio Itajaí, que são áreas de grande importância econômica e social para o estado. Essas áreas são formadas por rochas sedimentares e apresentam um relevo mais plano, com uma grande concentração de atividades urbanas, industriais e agrícolas.

Ação dos Processos Naturais na Formação das Paisagens Catarinenses: Os processos naturais desempenham um papel fundamental na formação das paisagens de Santa Catarina. A ação do intemperismo, da erosão, do transporte e da deposição dos sedimentos ao longo do tempo moldou o relevo do estado, criando uma diversidade de formas e paisagens.

O intemperismo é um processo de alteração das rochas que ocorre devido a ação dos agentes atmosféricos, como chuva, vento, temperatura e radiação solar. Esse processo pode causar a desagregação das rochas em fragmentos menores, contribuindo para a formação de solos e a alteração do relevo. O intemperismo

químico, por exemplo, pode contribuir para a formação de solos férteis em algumas áreas de Santa Catarina, como no Planalto Catarinense, propiciando o desenvolvimento da agricultura.

A erosão é outro processo natural que atua na formação do relevo de Santa Catarina. A ação das chuvas, do vento e das águas superficiais pode causar o desgaste das rochas e do solo, transportando os sedimentos para outras áreas. A erosão pode ser acelerada pela ação antrópica, como o desmatamento e a agricultura inadequada, o que pode resultar em processos erosivos intensos, como voçorocas e ravinas.

O transporte dos sedimentos é outro processo importante na formação do relevo catarinense. A água dos rios, por exemplo, transporta os sedimentos erodidos das áreas mais altas para áreas mais baixas, depositando-os em locais de menor energia, como planícies costeiras e vales fluviais. Esse processo contribui para a formação de áreas de deposição de sedimentos, como praias, deltas e planícies aluviais, que são características do relevo de Santa Catarina.

Outro processo importante na formação do relevo catarinense é a ação do tempo geológico, que ocorre ao longo de milhões de anos. A movimentação das placas tectônicas, por exemplo, influencia a formação das cadeias montanhosas e a elevação de áreas do relevo, como a Serra Geral. Os processos de formação de dobramentos e falhas também contribuem para a configuração do relevo, resultando em elevações, escarpas e vales.

A ação dos processos naturais na formação das paisagens catarinenses também está relacionada com os tipos de rochas presentes na região. A diversidade geológica de Santa Catarina, com a presença de rochas ígneas, metamórficas e sedimentares, contribui para a formação de diferentes paisagens e formas de relevo. Por exemplo, as rochas ígneas, como o basalto, são resistentes à erosão e formam elevações e escarpas, enquanto as rochas sedimentares, como arenito e calcário, são mais suscetíveis à erosão e formam vales e planícies.

Características do Relevo Catarinense

O relevo de Santa Catarina apresenta uma grande diversidade de formas e paisagens, resultado da ação dos processos naturais ao longo do tempo. Dentre as principais características do relevo catarinense, destacam-se:

– **Cadeias Montanhosas e Serras:** A Serra Geral e a Serra do Mar são importantes cadeias montanhosas que atravessam o estado de Santa Catarina. A Serra Geral é uma elevação rochosa que se estende por grande parte do estado, formando escarpas, morros e vales profundos. A Serra do Mar, por sua vez, é uma cadeia montanhosa localizada na porção leste do estado, formando uma barreira geográfica entre o litoral e o Planalto Catarinense.

– **Planalto Catarinense:** O Planalto Catarinense é uma área de grande importância geográfica e econômica para o estado. Essa região é caracterizada por um relevo mais suave, com altitudes variadas que chegam a até 1.800 metros, apresentando morros, colinas e planícies. O Planalto Catarinense é uma área de grande produção agrícola, destacando-se na produção de maçãs, cebola e outros produtos agrícolas.

– **Planícies Costeiras e Vales Fluviais:** Santa Catarina também apresenta extensas planícies costeiras e vales fluviais, como o Vale do Rio Itajaí. Essas áreas são formadas por rochas sedimentares e apresentam um relevo mais plano, com altitudes

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Agente Comunitário de Saúde

POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA: SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE): PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) é reconhecido como um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo. Criado pela Constituição Federal de 1988, o SUS tem como base o princípio de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Esse marco legal estabeleceu um modelo que visa garantir o acesso universal e gratuito a serviços de saúde, abrangendo desde a atenção básica até procedimentos de alta complexidade.

No entanto, garantir que um sistema dessa magnitude funcione de maneira eficiente não é uma tarefa simples. A gestão do SUS envolve a coordenação de milhares de unidades de saúde, a administração de grandes volumes de recursos financeiros e humanos, além de lidar com as demandas e necessidades de uma população diversa e extensa como a brasileira. Para isso, é essencial que os princípios e diretrizes do sistema sejam observados com rigor, permitindo que a saúde pública atenda suas finalidades com qualidade e equidade.

A gestão do SUS é um tema central para aqueles que buscam compreender como se dá o funcionamento dos serviços de saúde no Brasil, especialmente no contexto de concursos públicos. Conhecer sua estrutura organizacional, as formas de financiamento, os mecanismos de controle e avaliação, bem como os desafios enfrentados pelo sistema, é fundamental para entender como ele opera e como pode ser melhorado.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) é regido por uma série de princípios e diretrizes que orientam sua organização e funcionamento. Esses elementos fundamentais foram estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), com o intuito de garantir que o sistema seja capaz de atender às necessidades de saúde da população de maneira justa e eficaz. A compreensão desses princípios é essencial para entender como o SUS é gerido e como ele busca assegurar o direito à saúde.

► Princípios Doutrinários

Os princípios doutrinários são aqueles que orientam o conceito e os objetivos fundamentais do SUS. Eles estabelecem as bases éticas e filosóficas que guiam a prestação de serviços de saúde no Brasil. Os três principais princípios doutrinários do SUS são:

▪ Universalidade

Esse princípio determina que todos os cidadãos têm direito ao acesso aos serviços de saúde, independentemente de sua condição socioeconômica, idade ou localização geográfica. A universalidade implica que o SUS deve estar disponível para todos, sem discriminação, garantindo a saúde como um direito humano básico.

▪ Integralidade

A integralidade refere-se à oferta de cuidados de saúde de forma completa, ou seja, levando em conta todos os aspectos das necessidades de saúde dos indivíduos. Esse princípio visa garantir que os serviços prestados não sejam fragmentados, mas abordem as diversas dimensões da saúde, desde a prevenção até a reabilitação, considerando o indivíduo como um todo.

▪ Equidade

Diferente de igualdade, a equidade implica que os recursos e serviços de saúde devem ser distribuídos de acordo com as necessidades específicas de cada indivíduo ou grupo. A ideia é que aqueles que mais necessitam de cuidados, como populações vulneráveis, tenham prioridade no acesso aos serviços. Isso busca corrigir as desigualdades sociais e regionais no acesso à saúde.

► Diretrizes Organizativas

Além dos princípios doutrinários, o SUS é organizado de acordo com diretrizes que orientam como o sistema deve ser estruturado e gerido em todo o território nacional. Essas diretrizes garantem que o SUS funcione de forma eficiente, descentralizada e participativa. As principais diretrizes organizativas são:

▪ Descentralização

A descentralização tem como objetivo distribuir as responsabilidades pela gestão do SUS entre as três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Isso permite que as decisões sejam tomadas mais próximas da população, levando em conta as necessidades locais. A descentralização fortalece a autonomia dos estados e municípios na organização dos serviços de saúde.

▪ Regionalização

O princípio da regionalização implica que os serviços de saúde devem ser organizados de maneira a garantir a articulação entre os diferentes níveis de complexidade, desde a atenção básica até os serviços de alta complexidade. A regionalização permite que as redes de atenção à saúde sejam organizadas por regiões, de forma a otimizar os recursos e evitar a duplicação de serviços, garantindo acesso eficiente e contínuo.

▪ Hierarquização

A hierarquização complementa a regionalização, definindo que os serviços de saúde devem estar organizados em níveis de complexidade, desde a atenção primária até os cuidados especializados. A ideia é que o paciente seja inicialmente atendido na atenção básica, que funciona como porta de entrada, e seja encaminhado, conforme a necessidade, para outros níveis de atendimento.

▪ Participação Social

A participação da população na formulação e controle das políticas públicas de saúde é um dos pilares do SUS. Por meio dos conselhos e conferências de saúde, a sociedade tem o direito de influenciar e fiscalizar a gestão do sistema. Isso garante maior transparência e adequação das políticas de saúde às reais necessidades da população.

► A Importância dos Princípios e Diretrizes para a Gestão do SUS

Os princípios e diretrizes do SUS não são apenas orientações abstratas, mas sim elementos que influenciam diretamente a gestão do sistema. A universalidade, por exemplo, impõe desafios para garantir que o sistema cubra toda a população de forma eficaz, enquanto a integralidade exige que os gestores pensem no atendimento de saúde de forma ampla, englobando todos os aspectos do bem-estar físico e mental.

A descentralização, regionalização e hierarquização, por sua vez, são diretrizes que impactam diretamente a organização dos serviços de saúde, tornando a gestão um processo complexo e dinâmico. A descentralização, por exemplo, exige uma coordenação eficaz entre as três esferas de governo, enquanto a regionalização e a hierarquização demandam um planejamento cuidadoso para garantir que os recursos e serviços sejam distribuídos de maneira equilibrada e eficiente entre as diferentes regiões e níveis de atendimento.

Por fim, a participação social é uma ferramenta poderosa de controle e aprimoramento da gestão, permitindo que a população atue diretamente na formulação e na fiscalização das políticas de saúde. A presença dos conselhos de saúde em todos os níveis de governo é um exemplo concreto de como a gestão do SUS pode ser mais transparente e democrática.

Com base nesses princípios e diretrizes, a gestão do SUS busca alcançar o equilíbrio entre a oferta de serviços de saúde, a eficiência na alocação de recursos e a garantia dos direitos dos cidadãos, sempre respeitando as características e necessidades específicas da população brasileira.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SUS

A estrutura organizacional do Sistema Único de Saúde (SUS) foi concebida para garantir que os serviços de saúde cheguem de maneira eficiente e organizada a todos os brasileiros, respeitando a grande diversidade regional e as particularidades das necessidades de saúde da população.

Para isso, o SUS adota uma estrutura descentralizada e integrada, com responsabilidades compartilhadas entre os governos federal, estadual e municipal. Esse modelo busca equilibrar a coordenação central com a autonomia local, promovendo uma gestão mais próxima das realidades regionais.

► Níveis de Gestão: Federal, Estadual e Municipal

A organização do SUS está baseada em três níveis de gestão: federal, estadual e municipal. Cada um desses níveis tem responsabilidades específicas, porém interdependentes, para garantir o funcionamento do sistema de forma articulada.

▪ Nível Federal:

O Ministério da Saúde é a instância central da gestão do SUS em nível federal. Ele é responsável por formular políticas públicas de saúde, definir diretrizes nacionais, financiar boa parte das atividades e serviços do SUS e coordenar ações de saúde pública em âmbito nacional. Além disso, o Ministério da Saúde supervisiona a execução dos programas de saúde e é responsável pela distribuição de recursos financeiros aos estados e municípios. Também coordena campanhas nacionais de saúde, como vacinação, e regulamenta a atuação das agências reguladoras, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

▪ Nível Estadual:

As Secretarias Estaduais de Saúde atuam como intermediárias entre o Ministério da Saúde e os municípios. Elas têm a responsabilidade de organizar a rede estadual de saúde, coordenando os serviços de média e alta complexidade, como hospitais regionais e unidades especializadas. Além disso, as secretarias estaduais colaboram com a gestão dos recursos destinados às regiões e supervisionam a aplicação das políticas de saúde nos municípios. Os estados também desempenham um papel crucial na regionalização dos serviços de saúde, organizando redes de atenção que integram municípios dentro de regiões específicas.

▪ Nível Municipal:

No nível municipal, as Secretarias Municipais de Saúde têm a responsabilidade pela gestão direta dos serviços de saúde na atenção básica, como Unidades Básicas de Saúde (UBS) e programas de saúde da família. Os municípios são os responsáveis mais próximos da população, coordenando ações de promoção, prevenção e assistência à saúde. A descentralização permite que as secretarias municipais adaptem as políticas de saúde às realidades locais, o que pode garantir uma maior eficiência e eficácia no atendimento às necessidades específicas da população.